

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 21/09/2015 - Edição 1357

Demissão de Cipeiro revolta os vigilantes da Preserve da Bahia



Vigilantes de carro-forte da Preserve garantiram que darão continuidade à paralisação até que o colega seja readmitido. Empresa está infringindo a lei, que garante estabilidade ao cipeiro.

Os vigilantes da Preserve realizaram, nesta segunda-feira (21), uma manifestação na porta da empresa contra a demissão de um vigilante cipeiro. Em uma ação conjunta do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes-BA) e da CUT-BA, as entidades intermediaram um diálogo com a empresa e vêm apoiando a ação dos trabalhadores.

Mesmo com a paralisação dos vigilantes e sem nenhum carro-

forte na rua, a empresa continua irreductível. O presidente da CUT-BA, Cedro Silva, juntamente com diretores do Sindvigilantes-BA se reuniram com a direção da Preserve, que insiste em não reintegrar o trabalhador, alegando “má conduta” por parte dele.

Segundo o diretor do Sindvigilantes-BA, Jefferson Fernandes, os trabalhadores afirmaram que vão continuar com

a paralisação e pedem, além da reintegração do colega, a saída do atual gerente. “Os trabalhadores relataram que, após a chegada deste novo gerente, eles têm vivido de volta à escravidão”, afirmou.

Além de Jefferson Fernandes, também participaram da atividade os diretores do Sindvigilantes-BA Fernando Souza e Rejane Rocha.

Fonte: CNTV

Projeto sobre terceirização é tema de audiência pública



Os trabalhos, comandados pelo senador Paulo Paim, foram propostos por Joseildo Ramos

Na Não à terceirização. Esse foi o mote principal da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, realizada na Assembleia Legislativa, proposta pelo deputado Joseildo Ramos (PT) a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS). Como parte de uma série de audiências ocorridas em diversas capitais brasileiras, Salvador foi mais uma das cidades e discutir com os trabalhadores o Projeto de Lei da Câmara (PLC) N° 30/2015 que regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. O PLC n° 30/2015 foi assim nominado após seu registro no Senado, mas se trata de um substitutivo do Projeto de Lei (PL) N° 4330/2004 de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), que sustenta os mesmos parâmetros presentes no PLC n° 30/2015.

Admitindo a importância e os impactos da aprovação do referido PLC nas relações trabalhistas, o senador gaúcho entende que tal proposta “requer a participação efetiva dos trabalhadores brasileiros, que devem avaliar as premissas apresentadas pelo mesmo, uma vez que a classe será submetida às sanções advinda da aprovação deste”. Completando as colocações do senador, o presidente da Central Única dos Trabalhadores na Bahia (CUT-BA), Cedro Silva, destaca que a

classe trabalhadora verdadeiramente precisa exercer o seu direito democrático de participação.

FRAGMENTAÇÃO

Como idealizador dessa participação popular, o senador Paim aponta que a aprovação dessa proposta representa a fragmentação de toda uma estrutura trabalhista, a precarização generalizada que corta direitos, sob a desculpa de regulamentar os trabalhadores que já sofrem, hoje, com a realidade da terceirização. A senadora Lídice da Mata (PSB) corrobora com o entendimento de Paim e acrescenta que o PLC n° 30/2015, “se coloca contra os direitos da maioria dos trabalhadores, precarizando as condições de trabalho, suprimindo direitos adquiridos com muita luta ao longo da trajetória democrática do Brasil”.

Em concordância com a não aprovação, o senador Otto Alencar (PSD) diz não aceitar o atual texto da proposta, que afeta diretamente o ganho daquele que desempenha a função além de frear o poder de negociação das entidades sindicais com as empresas. “Não podemos aceitar a PLC da forma em que foi descrita, enfraquecendo o trabalhador e seus direitos”, salienta. O presidente do Legislativo baiano, Marcelo Nilo, considera que um tema dessa magnitude deve ser discutido

“incansavelmente, por meio da consulta popular, por se tratar de uma questão que interferirá em diversos setores da nossa economia, podendo ser um ponto agravador do atual cenário político-econômico que o país enfrenta”.

CARTA

Lida por Joseildo Ramos, proponente da sessão, a carta aberta da Bahia Contra a Terceirização deixou claro que a sociedade baiana exige do Senado um projeto que faça frente ao PLC 30/2015, contra as terceirizações e a precarização do trabalho e que regulamente a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil já é signatário e que garante aos assalariados o direito à estabilidade no emprego.

O deputado Joseildo acrescenta que a PLC n° 30/2015 representa o barateamento da mão de obra, e que dentro dos seus princípios políticos de luta pelo trabalhador e pelo direito ao trabalho, não é concebível admitir a aprovação dessa proposta sem questionar e se opor ao que fere a constituição e a CLT. “Esse projeto não irá apenas precarizar as relações, como também deve gerar insegurança e remuneração mais baixa”, finaliza ele.

Participaram da sessão representantes das centrais sindicais como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Nova Central Sindical De Trabalhadores (NCST); a representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Rosemeire Fernandes. A audiência também contou com a presença dos deputados estaduais, Bira Corôa (PT) e Marcelino Galo (PT), além da federal Moema Gramacho (PT).

Fonte: Assembleia Legislativa-BA

Em Fortaleza, 20º vigilante é atacado; arma foi roubada

Vigilante trabalhava quando foi atingido nas costas. Ataque aconteceu em empresa na BR-116.

Sobe para 20 o número de vigilantes atacados em 2015, em Fortaleza. Segundo o comando de Policiamento da Capital (CPC), o 20º caso aconteceu na noite de quinta-feira (18), no Bairro Messejana, o vigilante foi atingido por dois tiros nas costas, mas salvo pelo colete a prova de balas.

De acordo com o CPC, o crime ocorreu por volta de 23h, em uma empresa localizada na BR-116. Os suspeitos pularam o muro e realizaram os disparos nas costas do vigilante. Ele sobreviveu, mas teve a arma roubada. Ainda não se sabe quantos suspeitos o atacaram.



Na terça, Danilo foi morto, ele deixou dois filhos (Foto: Sindicato dos Vigilantes do Ceará/Divulgação)

Outros casos

Na terça-feira (15), um vigilante foi assassinado e teve a arma e colete roubados no Bairro Cidade dos Funcionários, em Fortaleza.

Danilo de Oliveira Leite Vieira, de 29 anos, foi baleado com um tiro na nuca quando prestava serviço em um posto de combustíveis. Ele chegou a receber atendimento no Hospital Instituto Doutor José Frota, mas não resistiu aos ferimentos.

Fonte: G1

CUT ocupa Câmara do DF no dia 25 contra projeto da terceirização sem limites

No dia 25 de setembro, sexta-feira, será realizada audiência pública sobre o PLC 30 na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O projeto, que tinha o nome de PL 4330 na Câmara dos Deputados, tramita agora no Senado e tem como objetivo subcontratar indiscriminadamente em todos os setores de trabalho, inclusive nas atividades-fim - aquelas essenciais às empresas ou instituições, e conseqüentemente promover a precarização do trabalho. A audiência será no plenário da Casa, às 10h.



Centenas de trabalhadores e trabalhadoras do setor público e privado, do campo e da cidade, lotarão a CLDF, atendendo chamamento da CUT e seus sindicatos filiados. As categorias, que lutaram com afinco contra o projeto quando ele estava na Câmara, darão continuidade à luta no Senado contra o projeto que promove uma verdadeira reforma trabalhista, retirando direitos históricos dos trabalhadores.

“Não temos medo de político ou governante que não tem compromisso com o povo. Levamos gás de pimenta, bala de borracha, cassetadas e fomos, por diversas vezes, impedidos de entrar na Casa do Povo (Congresso Nacional). Estamos dispostos a passar por tudo isso outra vez, se for necessário. É preciso deixar claro que não somos contra os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as. Ao contrário, queremos garantir uma legislação que conceda direitos iguais a este setor, que sofre nas mãos da ganância dos patrões. Mas o objetivo do PLC 30 é justamente o contrário, é legalizar todos os descumprimentos das leis trabalhistas praticados no serviço terceirizado”, afirma o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Brasília - CUT, Rodrigo Britto.

Para a CUT, movimentos sociais e entidades de magistrados, procuradores e advogados do trabalho, o PLC 30 flexibiliza as relações do trabalho, permitindo terceirizações, quarteirizações, pejetizações, todos os tipos de subcontratações que favorecem a precarização, como redução de salários, aumento de jornada, cortes de benefícios, desrespeito a acordos coletivos, maior adoecimento, subdivisão de categorias e seus sindicatos, enfraquecendo a organização dos trabalhadores, entre outros malefícios.

A iniciativa da audiência é fruto da articulação da CUT com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A ação consiste em levar o diálogo a todos os estados do Brasil e o Distrito Federal. Já foram realizadas 14 audiências no país.

Em cada uma delas, as organizações de trabalhadores e movimentos sociais sistematizam o debate em uma carta aberta sobre os prejuízos do PLC 30. Na audiência do dia 25 será aprovada a Carta de Brasília.

O encerramento das audiências

será feito com evento nacional em Brasília, no dia 12 de maio, no Ginásio Nilson Nelson, com delegações de todo o país. Na ocasião, será aprovada uma Carta à Nação, que relatará os danos do PLC 30 ao mundo do trabalho.

Dados sobre terceirização no Brasil

1- No Brasil, de cada 10 trabalhadores que adoecem, 8 são trabalhadores subcontratados.

2- Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo eram subcontratados.

3- Com o processo de subcontratação, trabalhadores terceirizados ou quarteirizados têm patrões diferentes e são representados por sindicatos distintos.

4- O salário dos trabalhadores subcontratados é cerca de 25% menor do que os contratados diretamente.

5- Subcontratados trabalham cerca de 3 horas a mais por semana do que os contratados diretamente.

6- Trabalhadores subcontratados são os que mais sofrem com acidente de trabalho. Na Petrobrás, mais de 80% dos mortos em serviço entre 1995 e 2013 eram de empresas subcontratadas.

7- A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há mais trabalhadores subcontratados.

8- Subcontratação acelera rotatividade da mão de obra e impulsiona rebaixamento salarial, perda de conquistas e de benefícios.

9- Trabalhadores subcontratados são o principal alvo de atraso de calote dos patrões.

Serviço

Audiência pública sobre PLC 30 (PL da escravidão)

Data: 25 de setembro, sexta-feira

Local: Plenário da Câmara Legislativa do DF

Horário: 10h

Fonte: CUT

13ª Conferência Nacional dos Vigilantes
02 e 03 OUTUBRO 2015
Maceió Mar Hotel
Av. Alvaro Otacilio, 2991
Ponta Verde, Maceió - AL
SIM! NÓS QUEREMOS!
VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS
NÃO SE NEGOCIA 12 X 36
DIGA NÃO À CHAMADA SEM OS PATRÕES
CAMPANHA SALARIAL 2016
Realização: Confederação Nacional dos Vigilantes
Sindicato dos Vigilantes de Alagoas
Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF